

Despacho de Concessão de Tutela de Urgência

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Vara 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Data 15 de março de 2024

I. Identificação das partes

Parte	NIF	Morada
Autor / Requerente: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.	504 123 456	Av. da República, 45 – 5.º Esq., 1050-158 Lisboa
Réu / Requerido: ABC – Consultoria Empresarial, Lda.	509 987 321	Rua da Boavista, 220 – 3.º, 4100-140 Porto
Mandatário do Autor: Dr. João Silva – OAB 12345	–	–
Mandatária do Autor: Dra. Maria Fernandes – OAB 67890	–	–

II. Fundamentação jurídica

- Artigos 294.º a 303.º do Código de Processo Civil** – tutela de urgência de natureza cautelar, quando presentes o risco de dano irreparável ou de difícil reparação e a probabilidade do direito invocado.
- Artigo 299.º, n.º 1, alínea b)** – possibilidade de concessão de medida cautelar para impedir a prática de atos que possam agravar a situação jurídica do autor, nomeadamente a continuação de pagamentos indevidos.
- Artigo 303.º, n.º 2** – a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente, sendo assegurada a sua eficácia imediata, devendo ser comunicada às partes e ao tribunal competente para a execução.

III. Análise dos factos

O autor alega que a ré incumpriu gravemente as obrigações contratuais previstas no contrato de prestação de serviços datado de 10 de janeiro de 2023, nomeadamente ao não entregar os relatórios de acompanhamento acordados e ao falhar na prestação dos serviços de suporte técnico, apesar de já ter efetuado pagamentos antecipados no valor total de **€ 120 000,00**.

A manutenção dos pagamentos futuros à ré configuraria risco de dano irreparável ao autor, uma vez que os valores seriam despendidos sem a correspondente prestação de serviços, agravando o prejuízo económico já suportado.

IV. Decisão

1. Concedo a tutela de urgência solicitada pelo autor, nos termos do artigo 299.º, n.º 1, alínea b) do CPC, para impedir a continuidade dos pagamentos à ré.

- Ordem de suspensão:** ficam suspensos, a partir da data da presente decisão, todos os pagamentos programados ou a efetuar por parte da XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. à ABC – Consultoria Empresarial, Lda., relativos ao contrato em causa, bem como quaisquer débito automático ou transferência bancária vinculada ao referido contrato.
- Bloqueio de conta:** determino o bloqueio, por ordem judicial, da conta bancária da ré com o IBAN PT50 1234 5678 9012 3456 7890 123, até ulterior deliberação, a fim de garantir a eficácia da medida.

2. Notifique-se a ré, por meio do seu mandatário, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente, em contestação, as razões que justifiquem a revogação ou substituição da presente tutela, sob pena de incorrer em crime de desobediência (artigo 345.º do Código Penal).

3. Determine-se a expedição de ofício ao Banco de Portugal e à instituição bancária titular da conta acima identificada, para que procedam ao bloqueio imediato e à comunicação da presente ordem ao titular da conta.

4. Fixe-se os custos processuais da presente medida de urgência a cargo da ré, nos termos do artigo 84.º do CPC, devendo o autor ser reembolsado dos valores despendidos com a comunicação e a execução da medida, mediante comprovação.

V. Comunicação

- **Ao autor:** seja intimado o presente despacho, com a indicação de que a tutela de urgência produz efeitos imediatos e que deverá ser observado o bloqueio da conta da ré.
- **À ré:** seja-lhe notificado o presente despacho, com a advertência de que o descumprimento da ordem de bloqueio implicará a aplicação de coimas coercitivas até ao limite de **€ 5 000,00** por dia de mora, nos termos do artigo 301.º, n.º 2, do CPC.

VI. Conclusão

Assim, diante da demonstração de risco de dano irreparável ao autor e da probabilidade do direito invocado, **concedo a tutela de urgência** nos termos acima expostos, aguardando a regular tramitação do processo principal, cujo despacho de julgamento será proferido em momento oportuno.

Assinado eletronicamente

Juiz da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Dr. Luís Almeida – Cartão de Cidadão n.º 12345678
